

Edição 235
Novembro de 2025
Publicação do
Sindicato dos Professores
Municipais de Santa Maria

primeira classe



FOTO: BÁRBARA LAZZARI

AGORA, É GREVE!

Em meio ao avanço da reforma da Previdência e ao endurecimento do discurso do Executivo, professoras e professores mostram que a força do serviço público nasce da mobilização coletiva. Nas ruas, nas escolas e nas assembleias, a categoria reafirma que nenhum direito será retirado sem luta, e que cada gesto de resistência constrói o futuro da educação municipal.

Saiba como foram as ações de
mobilização até a greve

Páginas 3 e 4

Festival Juntos Somos+ celebrou o Dia do
Professor em grande estilo

Página 5

EDITORIAL

A AFIRMAÇÃO DE NOSSA DIGNIDADE

Novembro chega carregado de significado. Não é apenas o mês seguinte em que tradicionalmente celebramos o Dia do Professor e o Dia do Servidor Público é, em 2025, o mês em que reafirmamos nossa dignidade coletiva, nossa história e nossa capacidade de resistência. A greve aprovada democraticamente pela categoria e iniciada no dia 5 não é fruto de impulso, mas de um longo processo de esgotamento, diálogo negado e ataques sucessivos às carreiras dos servidores e, em especial, do magistério municipal.

Por meses, buscamos o caminho institucional: solicitamos reuniões, pedimos acesso aos dados atuariais, questionamos publicamente o déficit apresentado pelo Executivo e cobramos participação no debate sobre uma reforma que atinge profundamente tanto quem está ativo quanto quem já dedicou toda uma vida ao serviço público. O que recebemos em troca foi silêncio, adiamento proposital, reuniões protocolares e, por fim, o envio repentino do projeto de reforma da previdência à Câmara, justamente quando a Prefeitura julgou que a mobilização estava enfraquecida. Enganou-se.

A categoria não está enfraquecida. Está vigilante, consciente e organizada. A deflagração da greve é a resposta madura de trabalhadores que não aceitam que seu futuro seja decidido a portas fechadas, sem diálogo e sem respeito. A reforma proposta é injusta, pesada e punitiva. Aumenta alíquotas, impõe idade mínima, reduz isenções para aposentados e coloca nas

costas do funcionalismo o peso de uma crise que não criamos.

Mas a greve é mais do que rejeição ao projeto. É defesa de uma concepção de educação pública que não admite precarização. Porque não existe escola forte com trabalhadores adoecidos, aterrorizados e desvalorizados. Não existe comunidade escolar fortalecida quando professores precisam escolher entre pagar as contas ou sustentar uma aposentadoria inviável. Não existe futuro para a educação de Santa Maria quando se retira dos mestres o direito a uma vida digna após décadas de trabalho.

Reforçamos que a greve não é contra a comunidade escolar. Ao contrário: é por ela. É pela qualidade da educação, pelo direito de seus filhos terem professores motivados, estáveis, reconhecidos. É pela preservação de direitos que asseguram a continuidade da escola pública como patrimônio coletivo. É para evitar que a sala de aula se torne, ainda mais, um espaço de sobrecarga, improviso e abandono institucional.

A greve é um ato de coragem. É um pedido de socorro e, ao mesmo tempo, uma demonstração de força. É o grito de quem não aceita retrocessos e sabe que somente unidos podemos proteger a educação de Santa Maria de um futuro de perdas.

Que cada professor, cada professora, cada aposentado, cada servidor e cada cidadão compreenda: não estamos parando, estamos lutando para que a educação não pare de existir com dignidade.

CHARGE DO ELIAS



ESTADO MÍNIMO E TRABALHO PRECÁRIO: OS VERDADEIROS OBJETIVOS DA “DEFORMA”



A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) divulgou uma nota pública alertando para os impactos da Reforma Administrativa oriunda do Grupo de Trabalho instituído pelo presidente da Câmara dos Deputados Hugo Motta (Republicanos-PB) e coordenado pelo deputado Pedro Paulo (PSD-RJ).

O documento denuncia que o projeto representa uma ameaça direta aos direitos dos servidores públicos e à qualidade dos serviços prestados à população. Segundo a entidade, a proposta não busca aprimorar a gestão pública, mas sim reduzir o papel do Estado e abrir espaço para a privatização de setores essenciais.

Na nota, a CNTE reforça que a chamada reforma é, na verdade, uma “deforma” que precariza o trabalho no serviço público e compromete o atendimento à sociedade. “O que está em jogo é o desmonte do Estado e a retirada de direitos históricos conquistados com muita luta”, afirma o texto, que também destaca o risco de substituição dos servidores efetivos por contratos temporários e terceirizados.

A Confederação ainda aponta que o discurso de eficiência e modernização utilizado para justificar a proposta esconde a verdadeira intenção de enfraquecer as políticas públicas e limitar o acesso da população a serviços básicos, como saúde e educação. Para a CNTE, o projeto reforça uma lógica de Estado mínimo, que beneficia o setor privado em detrimento do interesse coletivo.

Diante desse cenário, a CNTE conclama as entidades filiadas, os servidores e toda a sociedade a se mobilizarem contra a Reforma Administrativa. A nota enfatiza que é dever de todos defender o serviço público como patrimônio do povo brasileiro e lutar por um Estado que garanta direitos, inclusão e justiça social.

AGORA, É GREVE!

MOBILIZAÇÃO EM MOVIMENTO: A LUTA QUE TOMOU SANTA MARIA

Categoria aguardou prefeitura protocolar projeto de reforma da previdência na Câmara de Vereadores para deflagrar greve



Outubro e novembro de 2025 entraram para a história do serviço público municipal de Santa Maria. O que começou como um alerta sobre os riscos da Reforma da Previdência proposta pelo governo Rodrigo Decimo e Lúcia Madruga tornou-se, ao longo das semanas, um movimento sólido, crescente e determinado. Foi um período de consciência despertada, de coragem coletiva e de firmeza diante de um projeto que ameaça profundamente direitos conquistados ao longo de décadas.

Nas ruas, nas salas dos sindicatos, nas escolas e nos espaços públicos, professores, professoras, aposentados e servidores de diversas áreas fizeram ecoar uma mensagem clara: não aceitaremos retrocessos.

O MÊS QUE MUDOU O CLIMA POLÍTICO DA CIDADE

A mobilização intensificou-se já no início de outubro. O clima de incerteza sobre a reforma — marcado pela ausência de diálogo, informações fragmentadas e reuniões superficiais promovidas pelo Executivo — foi despertando indignação e, ao mesmo tempo, unidade entre as categorias.

A plenária conjunta dos servidores municipais, realizada no Clube Comercial no dia

14, foi um divisor de águas. Representantes do Sinprosm, Sindicato dos Municípios, Movimento Municípios em Luta e Sindicato dos Fiscais do Município, além de lideranças do 2º Núcleo do Cpers e da Sedufsm, compuseram uma articulação que fortaleceu a fala coletiva diante das injustiças da proposta.

A tônica das falas era uma só: quem mais sofrerá com a reforma são os servidores que menos ganham, especialmente aposentados e aqueles que ingressaram no serviço público após 2003. O encontro também contou com a participação de integrantes do Sindicato dos Fiscais do Município, reforçando que a pauta afeta todas as áreas da administração pública.

O ALERTA VERMELHO DOS APOSENTADOS

Em todas as atividades do mês, a presença dos aposentados e aposentadas foi um destaque emocionante. Com décadas de contribuição, representam a memória viva do serviço público municipal — e também o grupo mais ameaçado pelas propostas apresentadas.

O Executivo municipal insiste em afirmar que a reforma “gera equilíbrio atuarial”, mas a própria cartilha divulgada pela Prefeitura demonstra o impacto brutal sobre quem já tem ida-

de avançada:

Aumento de alíquotas progressivas, chegando a 22%;

Desconto para aposentados que hoje são isentos, com tributação que pode começar logo acima de 1 salário mínimo;

Redução de isenções, ampliando a base de cobrança para idosos e viúvas pensionistas;

Piora nas regras de cálculo de benefícios, reduzindo o valor líquido recebido mensalmente.

As falas dos aposentados foram categóricas: “O que está sendo proposto é confiscar renda de quem vive com cada centavo contado.”

No último ato antes da greve, foram eles que abriram caminhadas, puxaram palavras de ordem, deram o tom emocional que marcou o mês de mobilização.

28 DE OUTUBRO: CHUVA, FRIO E CORAGEM

O Dia do Servidor Público foi o ápice da mobilização. Apesar do frio intenso e da chuva persistente, centenas de professoras, professores, servidores e aposentados ocuparam a Praça Saldanha Marinho desde as 9h. Era impossível passar pelo centro de Santa Maria sem ver a força que tomou o espaço público.

A ESCALADA DA MOBILIZAÇÃO E A DECISÃO HISTÓRICA DA GREVE



FOTO: RODRIGO RICORDI

As falas dos sindicatos ecoaram na praça e nas ruas:

- Denunciando a ausência de diálogo do Executivo;
- explicando as consequências da reforma;
- reforçando o papel do servidor para a cidade;
- convocando a categoria para a defesa de uma aposentadoria digna.

Após o ato na praça, em uma passeata vibrante e massiva, os manifestantes seguiram até a Prefeitura, onde novas falas denunciaram a estratégia do governo de empurrar a reforma para o fim do ano numa tentativa de desmobilizar o funcionalismo. A categoria respondeu com o oposto: a maior mobilização dos últimos anos.

À tarde, uma vigília na Câmara de Vereadores reuniu dezenas de servidores determinados a ocupar todos os espaços possíveis em defesa de seus direitos. O Comando de Lutas dialogou com a mesa diretora, transmitiu sua pauta e exigiu que o legislativo não seja cúmplice de um projeto injusto.

A DECISÃO HISTÓRICA DA GREVE

Com o acúmulo das forças, a assembleia geral extraordinária do dia 16 de outubro consolidou o caminho inevitável: greve a partir de 48 horas após o protocolo da reforma na Câmara de Vereadores. E esse momento chegou no dia 4 de novembro: após mais de 20 anos os professores municipais de Santa Maria entraram em greve.

A paralisação das aulas não é apenas uma reação pontual; é resultado de sucessivas negativas de diálogo, de dados insuficientes, de atropelos formais e de uma postura do Executivo que ignora a legitimidade do sindicato e da categoria.

Os professores deixaram claro:

- não aceitarão aumento de alíquotas que chegam a até 21,5%;
- não aceitarão desconto para aposentados acima de 1 salário mínimo;
- não aceitarão que servidores arquem sozinhos com um suposto déficit que foi provocado por anos de falta de concursos, terceirizações e má gestão;
- não aceitarão que suas carreiras e sua aposentadoria sejam tratadas como custo e não como investimento social.

A LUTA CONTINUA E SANTA MARIA ESTÁ DE OLHO

A greve recém começou, mas já deixou evidente algo fundamental: os professores municipais estão firmes, organizados e conscientes de seu papel histórico. A cidade acompanha, a imprensa observa, a Câmara reage e as famílias compreendem que esta luta é também por elas.

AS MALDADES DA REFORMA

ELEVAÇÃO DA IDADE	
HOJE	APÓS A REFORMA
Professor Mulher 50 Homem 55	Professor Mulher 57 Homem 60
TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO MÍNIMO	
HOJE	APÓS A REFORMA
25 anos de contribuição, com 10 anos no serviço público e 5 no cargo	25 anos de contribuição, com 10 anos no serviço público e 5 no cargo
REGRA GERAL DE CÁLCULO DAS APOSENTADORIAS	
HOJE	APÓS A REFORMA
100% Média dos maiores salários (descarte de 20% dos menores salários)	60% da média e terá acréscimos de 2% por cada ano de contribuição além dos 20 anos, não podendo superar os 100% PARA 100% DA MÉDIA, PRECISARÁ CONTRIBUIR 40 ANOS
APOSENTADORIA POR INVALIDEZ	
HOJE	APÓS A REFORMA
Por acidente de serviço, doença de trabalho ou doença profissional, a aposentadoria será de 100%	60% da média salarial
APOSENTADORIA COMPULSÓRIA	
HOJE	APÓS A REFORMA
Salário integral	Casos individuais devido a idade e tempo de contribuição, porém as perdas podem superar os 30%

A “regra geral de cálculo” da aposentadoria da Proposta desconsidera a diferença de gênero, em prejuízo das mulheres que hoje têm o direito à aposentadoria voluntária com menos tempo de contribuição e, duplamente

DIA DO PROFESSOR

CELEBRAMOS E RESISTIMOS

Festival JuntosSomos+ reuniu professores e comunidade e mostrou a força do serviço público em Santa Maria



FOTOS: BUENA ONDA CULTURAL

O Parque Itaimbé se transformou, no dia 18 de outubro, em um grande espaço de encontro, cultura e celebração. O Festival JuntosSomos+, organizado pelo Sinprosm em parceria com o 2º Núcleo do CPERS e com a Sedufsm, reuniu professoras, professores, servidores municipais, suas famílias e a comunidade santa-mariense em uma tarde marcada por música, integração e valorização do serviço público.

O evento celebrou duas datas simbólicas, Dia do Professor (15/10) e Dia do Servidor Público (28/10), e reforçou a importância dessas categorias na construção cotidiana da cidade. Mesmo em um ano de intensas mobilizações contra os ataques à educação e contra a Reforma da Previdência, o festival mostrou que resistência também se faz com afeto, cultura e presença coletiva nos espaços públicos.

MÚSICA, ARTES E SABORES

A programação iniciou às 15h, espalhando vida pelas quadras antigas do Itaimbé. O palco recebeu shows potentes de artistas locais: Rodrigo Cidade e Os Munícipes, Txai RAP, Rocksane e Paola Matos, com participação de Antonio do Samba, fizeram do parque uma grande celebração popular.

A Feira de Artesanato e a Feira de Brechós reuniram dezenas de expositores com produções autorais, sustentáveis e criativas. Já a Praça de Alimentação ofereceu uma diversidade de sabores, do pancho uruguaio

aos doces artesanais, passando pelo chopp artesanal, salgados, culinária inclusiva e opções para todos os gostos.

O festival também contou com Espaço Kids, permitindo que famílias inteiras participassem da tarde festiva, e com a “quentuxa”, garantindo água quente para o chimarrão e reforçando o clima de convivência que marcou o dia.

CULTURA TAMBÉM É LUTA

Durante a abertura, representantes das entidades organizadoras destacaram que o JuntosSomos+ é mais do que um festival — é um ato simbólico que reafirma a defesa do serviço público, dos direitos trabalhistas e da valorização dos trabalhadores que sustentam a educação e demais políticas públicas.

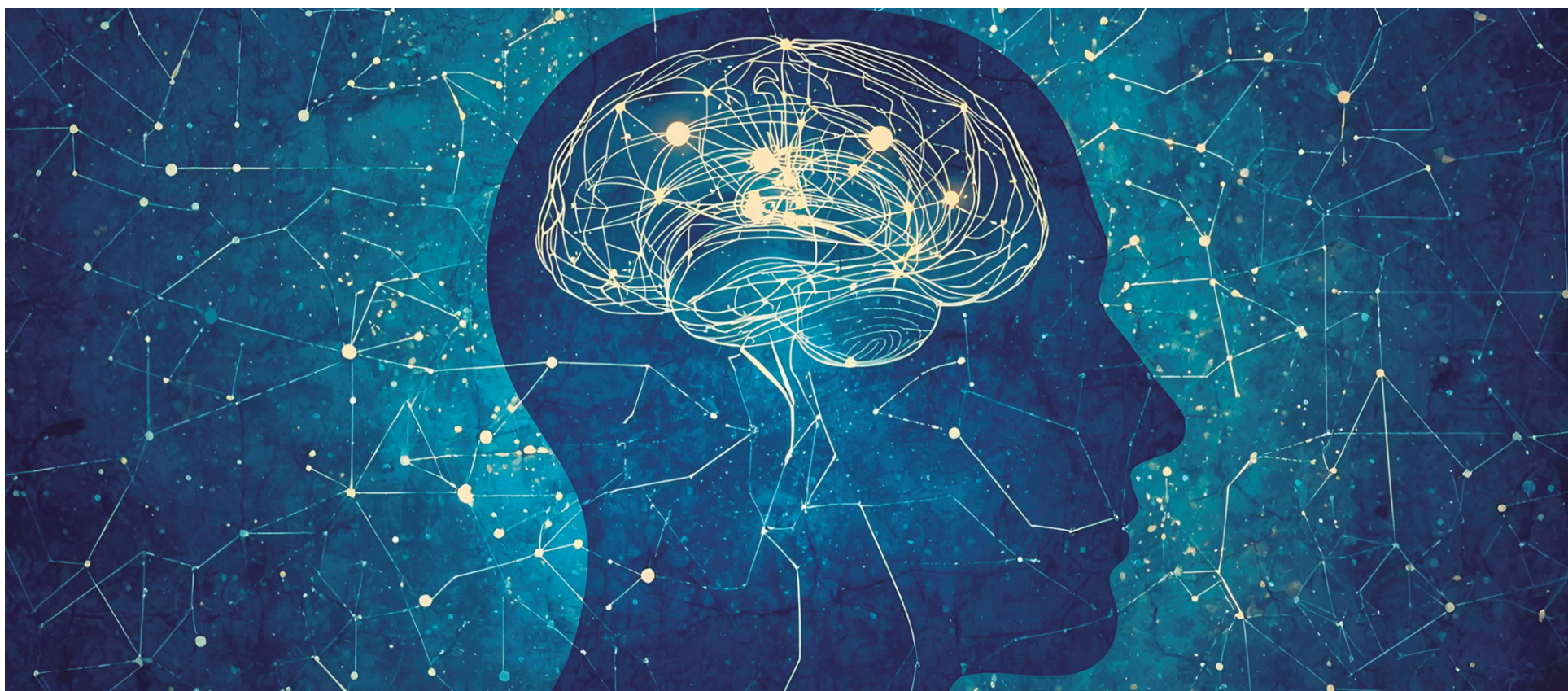
Em um momento em que o funcionalismo municipal enfrenta ataques diretos, especialmente com a proposta de Reforma da Previdência, o festival cumpriu um papel fundamental: lembrar que a união das categorias e o fortalecimento dos laços comunitários são ferramentas essenciais na luta por direitos.

Entre abraços, música, chimarrão e resistência, o Festival JuntosSomos+ mostrou que, quando caminhamos juntos, somos mais fortes. E reafirmou que a defesa da escola pública e do serviço público passa também pela celebração da identidade, da arte e do coletivo.

ARTIGO

A POTÊNCIA QUE QUEREM SILENCIAR:

MANIFESTO EM DEFESA DAS PROFESSORAS E PROFESSORES



Somos um coletivo de pessoas que quer manifestar apoio a vocês e suas lutas por dignidade, direitos trabalhistas básicos e a necessária mobilização para barrar retrocessos e políticas de desmonte. Não podemos ficar inertes ao testemunhar o que vem ocorrendo na educação pública do município e os ataques que a categoria docente está enfrentando. Por isso, nossas breves palavras pretendem demonstrar que não compactuamos com o cenário de precarização que vem sendo delineado pela gestão pública e, portanto, de apoio e fortalecimento às reivindicações legítimas que vocês apresentam.

Se hoje estamos aqui com vocês é pela coragem e sabedoria que VOCÊS nos transmitem ao longo de toda uma caminhada histórica. Talvez seja isso que incomode tanto e que faça com que vocês sejam tão atacadas pelo poder público. É justamente a potência crítica, social e

política do fazer da professora que assusta “autoridades” que querem manter um certo status quo social, marcado pelas mais diversas desigualdades. O que queremos dizer é que vocês são atacadas porque nos fazem pensar! Porque nos fazem criticar! Porque nos fazem revoltar!

Esta é a potência que eles querem acabar quando arrancam, de maneira perversa, os seus direitos. Muitos vereadores e vereadoras têm MEDO de verem seus privilégios e dos seus serem questionados!

A ideia de governantes deste tipo é extinguir uma educação crítica e emancipadora, basta olharmos para os atuais projetos de cunho conservador como o “Escola sem Partido” e o perverso “Home schooling”.

Diante da resistência e da luta de vocês em não acatar tais projetos, resta aos governantes atacarem diretamente a sobrevivência da categoria.

Lembramos de certa vez um pro-

fessor nos contar, com orgulho, do papel social que ele desempenhava e do mesmo perguntar: “e quando todo mundo conseguir PENSAR?” Ele mesmo respondeu dizendo que “aí as coisas iriam mudar”.

Mas ficamos nos perguntando: e quando ninguém mais pensar? E se não existirem mais professoras? Porque o plano nos parece ser justamente este! Pois a tirania da proposta de reforma da previdência apresentada pela prefeitura é condizente com uma política excludente, que adoece e mata as pessoas de tanto trabalhar! Neste sentido, concordamos com as professoras Rose Gurski (UFRGS) e Anna Carolina Lo Bianco (UFRJ) quando as mesmas afirmam que “erradicar verbas voltadas à educação pública pode, sim, ser tomado como um ato de necropolítica e um ataque ao campo da educação, na medida em que sabemos QUEM SÃO os sujeitos deixados em segundo plano quando não

se investe na escola pública.”

Por isso estamos aqui, junto de vocês, pois temos orgulho e nos inspiramos na luta diária de vocês em prol de seus direitos e dos seus alunos, principalmente nas periferias desta cidade. Queremos dizer também que não adianta a prefeitura colocar a comunidade contra vocês! Estaremos lutando para mostrar a real intenção desta proposta e chamando mais pessoas para lutarem junto com vocês, pois esta luta não deveria ser somente das professoras e sim da comunidade como um todo! Essa luta é nossa!

Carta foi lida por Danilo Peres Bemgochea Junior e Ana Caroline Scherer de Oliveira, do grupo de Ensino, Pesquisa e Extensão “Compartilha: Psicologia e Educação transformando contextos sociais/UFSM”.

NÃO FOI BEM ASSIM, NÃO

QUANDO O GOVERNO CHAMA DE DIÁLOGO AQUILO QUE NUNCA ACONTECEU

Nos últimos dias, o prefeito Rodrigo Decimo tem insistido — na imprensa e, de forma ainda mais grave, em sua conta pessoal no Instagram — que a Reforma da Previdência Municipal foi construída “com diálogo”. Segundo ele, o processo teria sido transparente, aberto e participativo. A afirmação é repetida como um mantra institucional, mas qualquer pessoa que acompanhou as reuniões do Conselho Consultivo sabe: isso não corresponde aos fatos.

É verdade que os sindicatos participaram do Conselho Consultivo. O Sinprosm estava lá, assim como outras entidades que representam servidoras e servidores municipais. Mas “estar presente” não é o mesmo que “ser ouvido”. A participação nunca configurou diálogo real, e muito menos construção coletiva.

Durante todas as reuniões, o Sinprosm apresentou questionamentos técnicos, solicitou documentos (que levaram dias para serem entregues), apontou inconsistências nos cenários, pediu esclarecimentos e sugeriu alternativas. Propusemos novas formas de arrecadação, a convocação de professores concursados, a redução de cargos em comissão, a revisão de contratos terceirizados e outras soluções responsáveis para equilibrar as contas do município sem atacar direitos básicos.

E qual foi a resposta? Sempre a mesma:

“A reforma vai ser feita.”

“O estudo contratado pela Prefeitura mostra que este é o único caminho.”

Não havia contraponto, não havia argumento, não havia debate. Havia uma barreira intransponível, um silêncio hostil que apenas mudava de forma quando alguém ousava questionar: interrompia-se a fala, evitavam-se explicações, deslegitimava-se a crítica como se fosse ignorância. O clima era, no máximo, de uma audiência protocolar — no mínimo, de um recado claro: “você estão aqui só para constar.”

É por isso que é tão grave ver o prefeito afirmar nas redes sociais que houve diálogo. Não houve. Houve presença obrigatória dos sindicatos, sim — mas presença não é participação. Os sindicatos serviram, na prática, como figurantes em uma encenação política, usados agora como argumento para legitimar um projeto pronto, fechado e imposto sem negociação.

Essa postura não afeta apenas os servidores. O que está sendo proposto faz parte de um processo mais amplo: o desmonte sistemático do serviço público municipal. A justificativa é sempre a mesma — “crise”, “equilíbrio”, “gestão moderna” — mas o efeito concreto também é sempre o mesmo: abrir caminho para a terceirização, para o enfraquecimento das carreiras públicas e para a retirada progressiva de direitos.

Quando um governo diz que “dialogou”, mas rechaça todas as contribuições; que “ouve a categoria”, mas não altera uma vírgula do que já estava decidido; que “trabalha com transparência”, mas apresenta documentos pela metade e com atraso — isso não é diálogo. Isso é imposição.

E quando esse discurso é veiculado no perfil pessoal do prefeito para influenciar a opinião pública, misturando função pública com autopromoção, a fronteira entre comunicação institucional e propaganda pessoal se dissolve — o que é, sim, jurídica, constitucional e eticamente questionável.

O Sinprosm seguirá defendendo a verdade: a reforma foi formulada sem escuta qualificada, sem abertura ao contraditório e sem disposição para construir alternativas conjuntas.

E seguirá defendendo, acima de tudo, que os servidores — ativos e aposentados — tenham seus direitos preservados. Porque nenhum governo pode chamar de diálogo aquilo que nunca passou de monólogo.

ESPAÇO JURÍDICO
FOGIARINI, LOVATO & SOARES ADVOCACIA

A REFORMA É NECESSÁRIA? DIZEM QUE SIM.

Segundo relatórios apresentados pela própria gestão do IPASSP (Instituto de Previdência e Assistência à Saúde dos Servidores do Município de Santa Maria), em dezembro de 2024 o fundo possuía em caixa cerca de R\$ 247,27 milhões. Parece muito, mas, nessa mesma data, a conta deveria ter R\$ 4,53 bilhões — um déficit atuarial de R\$ 4,27 bilhões.

Isso significa que o fundo de previdência dos servidores possui apenas 6% do que deveria ter. Isso mesmo: seis por cento. Segundo consultoria independente contratada pelo Sindicato dos Professores Municipais de Santa Maria (Sinprosm), dentre 33 municípios analisados, a previdência de Santa Maria é, de longe, a mais defasada.

Como se chegou a essa situação?

Ninguém sabe. Na exposição de motivos dos projetos de reforma, a Prefeitura fala em “obsolescência da legislação previdenciária” — uma alegação estranha, já que o regramento aplicado em Santa Maria é rigorosamente o mesmo utilizado pelos demais municípios do país.

Ao fim e ao cabo, atribui-se a culpa aos servidores e aposentados. Serão eles que arcarão com o ônus.

O pacote de reforma chegou dividido em quatro projetos:

1. Um altera a Lei Orgânica;
2. Outro muda o Estatuto dos Servidores Públicos;
3. Um terceiro estabelece o plano de custeio da previdência;
4. E o último fixa os benefícios previdenciários.

Vou me ater ao que importa — e ao que cabe neste exíguo espaço.

O Custeio: servidores pagarão mais

Hoje, servidores contribuem com 14% sobre sua remuneração. Com a reforma, pagarão alíquotas progressivas que podem chegar a 21,5%, dependendo da sua renda mensal. Inclusive aposentados.

Atualmente, aposentados e pen-

sionistas contribuem com 14% somente sobre o valor que excede o teto do INSS (cerca de R\$ 8.160,00). Com a reforma, passarão a contribuir sobre a totalidade de seus proventos, também pelas alíquotas progressivas.

Isso significa que, mesmo que um aposentado receba um salário mínimo, terá dele descontados 14%.

A alíquota poderá chegar a 21,5% para quem recebe acima de R\$ 13.700,00.

Os Benefícios: o ponto mais dramático

Professores e servidores em geral poderão se aposentar após 25 anos de serviço, mas com proventos muito reduzidos.

O cálculo será:

60% da média das remunerações, acrescidos de 2% por ano que exceder 20 anos de contribuição.

Ou seja:

- Com 25 anos de contribuição → 70% da média salarial
- Para receber 100% → será necessário trabalhar 40 anos

E, ainda assim, o servidor aposentado terá os mesmos descontos progressivos de 14% a 21,5%.

As maldades não param por aí:

Aposentadoria por invalidez, mesmo em caso de doenças graves e incuráveis, terá valores proporcionais ao tempo de contribuição.

Pensões por morte corresponderão a 50% dos proventos reduzidos, acrescidos de 10% por dependente.

Um veredito

Seria muito mais lógico que o Município reconhecesse sua incapacidade de gerir o regime próprio, extinguisse o sistema e entregasse a previdência municipal ao INSS. Seria menos cruel, inclusive.

Mas isso não foi cogitado. O Município sabe que a folha dos servidores gera lucro — e é justamente essa lógica, a lógica do lucro, que hoje move o poder público em Santa Maria.

EDUCAÇÃO EM FOCO 2025 REFORÇA FORMAÇÃO CRÍTICA E MOBILIZAÇÃO DA CATEGORIA

tema

EDUCAR É RESISTIR:

saúde, memória e direitos em debate

agosto a novembro
100% on-line | 20h |

APRESENTAÇÃO DE TRABALHOS

9º SEMINÁRIO EDUCAÇÃO EM FOCO

- * Angie Catiuscia Costa Miron
Natureza da relação de trabalho com o Estado
- * Luciano Fazio
As reformas da previdência e os servidores públicos
- * Neuza Bechorner e Clarice Mainardi (Femergs)
Política de bem-estar, saúde e qualidade de vida no trabalho e a valorização dos profissionais da educação
- * Diorge Konrad e Cálice - Grupo de Estudos Sobre a Ditadura Civil-Militar e Suas Conexões
Ditadura Civil-Militar e suas conexões
- * Martha Najar e CNTE
Valorização profissional: carreira e piso
- * Yuri Carvalho e Jossana Moraes de Moraes
Greve e Resistência
- * Guilherme Stürmer Lovatto e Angelita Lucas
O ser professor e os ataques ao ensino público
- * Professor Tadeu Arrais - UFG
Violência contra professores

O Sinprosm encerra novembro com um dos mais consistentes e importantes ciclos formativos já promovidos pelo sindicato: o Seminário Educação em Foco 2025, que ao longo de sete encontros — e com a última aula marcada para 26 de novembro — reuniu pesquisadoras, especialistas, historiadores e professores para discutir temas decisivos para a vida profissional e política do magistério municipal.

A abertura, em 12 de agosto, contou com a conferência “Relações de trabalho com o Estado”, ministrada pela professora e pesquisadora Angie Catiuscia Costa Miron, com mediação de Celma Pietczak e Juliana Moreira. O encontro discutiu os impactos das mudanças no mundo do trabalho e

da reconfiguração do papel do Estado sobre a categoria docente.

No dia 28 de agosto, o atuário Luciano Fazio, referência nacional em RPPS, explicou de forma técnica e acessível os desafios da previdência municipal, desmontando simplificações e instrumentalizando a categoria para compreender os efeitos da reforma proposta pelo governo.

O seminário seguiu, em 10 de setembro, com Neuza Bechorner e Clarice Mainardi (FEMERGS), que abordaram políticas de bem-estar e saúde no trabalho, destacando a urgência de condições dignas para o exercício da docência.

Em 23 de setembro, o historiador Diorge Konrad, em diálogo com o grupo de estudos Cálice, trouxe uma potente reflexão sobre a Dita-

dura Civil-Militar e suas conexões, ressaltando a importância da educação como ferramenta de defesa da democracia.

O quinto encontro, realizado em 09 de outubro, discutiu valorização profissional, carreira e piso, com Martha Najar e Marlei Fernandes de Carvalho (CNTE), que contextualizaram as lutas nacionais e os desafios locais enfrentados pela categoria.

No dia 22 de outubro, o tema foi Greve e Mobilização, com Jossana Moraes de Moraes e Yuri Carvalho, que dialogaram com os professores sobre a legitimidade jurídica e política da greve, especialmente importante no atual contexto de enfrentamento à reforma da previdência.

O sétimo encontro, em 4 de novembro, trouxe os professores Guilherme Lovatto e Alexandre Lucas para debater O ser professor e os ataques ao ensino público, analisando o cenário de precarização nacional e reforçando a necessidade de resistência organizada.

O seminário encerra no dia 26 de novembro, às 19h, com a aula “Violência contra professores”, ministrada por Tadeu Arrais (UFG).

Com participação expressiva a cada encontro, o Seminário Educação em Foco consolidou-se como um espaço de formação, reflexão e mobilização, essencial para fortalecer a categoria em um momento decisivo de luta pela valorização profissional e em defesa da educação pública.

SINDICATO DOS PROFESSORES
MUNICIPAIS DE SANTA MARIA

Sinprosm

A FORÇA DOS EDUCADORES

Primeira Classe é uma publicação bimestral do
Sindicato dos Professores Municipais de Santa Maria

CNPJ: 92458835/0001-08
Rua André Marques, 418. CEP: 97010-040
Santa Maria - RS
Contato: (55) 3025-5458



PRODUÇÃO, FOTOGRAFIA,
REDAÇÃO, REVISÃO E
DIAGRAMAÇÃO:

Rodrigo Ricordi - MTB 17.101

Impressão: Jornal Gazeta do Sul
Tiragem: 2.500 exemplares

COORDENAÇÃO:

Aposentados: Vera Terezinha Simon do Monte
Comunicação e Formação Sindical: Celma Pietczak
Educação Infantil: Deise da Silva
Escolas do Campo: Silvane Baptista Oliveira
Finanças: Marta Hammel
Organização e Patrimônio: Juliana Corrêa Moreira